



Parlamentares não acreditam na cassação de Mansueto de Lavor

Mansueto se sai bem na comissão

Foi um verdadeiro contraste. Mansueto de Lavor (PMDB-PE), segundo senador a depor na CPI do Orçamento, teve um desempenho convincente, de acordo com integrantes da comissão, ao contrário do que acontecera com Ronaldo Aragão (PMDB-RO), o outro senador que depusera anteriormente e deve ter sua cassação pedida. Lavor explicou com segurança sua atividade como relator-geral do Orçamento em 1993 e saiu da lista principal de suspeitos.

“Vários outros parlamentares também deixaram essa sala dando essa mesma impressão”, afirmou, cauteloso, o senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), presidente da CPI.

A movimentação bancária de Lavor foi considerada compatível com os seus rendimentos. As únicas dúvidas — acréscimos de ganhos em alguns meses específicos — foram justificadas como produ-

tos de venda de alguns imóveis e o lucro de pequenas atividades agropecuárias. Antes de absolver totalmente o senador, a subcomissão de bancos prefere esperar que ele envie os documentos referentes a essas transações.

“Pelo que ele diz, pode estar tudo certo. Mas vamos esperar a chegada dos papéis”, disse o deputado Benito Gama (PFL-BA), coordenador da subcomissão de bancos.

Lavor somente não apresentou explicações para o fato de ter aparecido o nome do relator-geral do Orçamento de 1993 nos documentos da Construtora Norberto Odebrecht como tendo recebido percentuais sobre o valor de várias obras para aprová-la. O deputado Aloízio Mercadante (PT-SP) passou quase 50 minutos para conseguir de Lavor algum indício ou contradição, mas fracassou.